

# País cai agora num 'buraco negro'

16 NOV, 1989

Flora - Brasil

JORNAL DO BRASIL

BRASILIA A melhor imagem que um ministro de estado encontra para definir o rumo da economia brasileira a partir de hoje é de "um avião que entra numa turbulência e tem seus instrumentos totalmente avariados". Na expressão corrente do mercado, o país mergulha agora num autêntico "buraco negro", com uma bússola desnordestada por indicadores econômicos imprevisíveis e instáveis. A diferença, para o governo e a atual equipe econômica, é que o pouso seguro desse avião passa a ser também de responsabilidade de dois pilotos privilegiados: os candidatos vitoriosos para a disputa presidencial do segundo turno.

É o que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, chama de "administração compartilhada das expectativas". Em outras palavras, trata-se de dividir com os dois candidatos eleitos no primeiro turno não só a condução da transição política do final do governo Sarney mas também a avalanche de problemas que marca a gestão da economia brasileira. O candidato que reafirmar, exemplifica Mailson, a intenção de reeditar um congelamento pode contar com uma violenta remarcação de preços à altura do mês de dezembro, assim como o anúncio antecipado de uma maxidesvalorização do cruzado, como já fez o deputado César Maia, prenuncia uma crise cambial que desbarataria sobre o próximo governo.

**Cenários** Esse quadro de incertezas está claramente dividido em dois cenários. O primeiro alcança até a realização do segundo turno, marcado para 17 de dezembro, contando com a aposta da área

econômica de que, a não ser que haja um comportamento imprudente dos dois candidatos, estão praticamente exorcizados os fantasmas da hiperinflação e da desorganização da economia. "Dezembro está ganho" respiram os assessores mais importantes da equipe econômica. Mesmo que o ministro Mailson da Nóbrega admita claramente que a barreira dos 40% de taxa de inflação será superada no último mês do ano, trazendo junto o "frisson" a expressão é do ministro que sempre acompanha a mudança do patamar inflacionário.

O segundo cenário, que se estende da realização do segundo turno até a posse do novo presidente eleito, comporta ainda muito mais dúvidas. Entra, nesse caso, um componente político fundamental para o comportamento da economia: a redução ou não do mandato do presidente Sarney. Se depender do que transpira dos discretos gabinetes do SNI em Brasília, trata-se de um exercício inútil. Ao contrário da Argentina, onde sete longos meses separavam a eleição e a data original da posse de Menem, no caso brasileiro, argumentam vozes importantes do SNI, o intervalo de pouco menos de três meses é considerado perfeitamente suportável para permitir que Sarney entregue a faixa a seu sucessor na data originalmente prevista.

**Inflação** A favor desse argumento pesa também o fato de que o presidente está pessoalmente empenhado em ficar no Palácio do Planalto até o dia 15 de março do ano que vem. A única conspiração capaz de retirá-lo dessa trajetória ou de remover a equipe econômica atual se-

riam as curvas da inflação. Mergulhado na hiperinflação, não há dúvidas no próprio Planalto de que o presidente tentaria um novo choque econômico, com a consequente substituição dos ministros da Fazenda e do Planejamento, e, num segundo momento, a sua própria, caso os remédios aplicados não surtiram efeito.

Para a biografia profissional dos ministros da Fazenda e do Planejamento, enfrentar a transição final de janeiro a março é um risco inequívoco. Até dezembro, é possível, sempre contando com o desempenho dos candidatos eleitos no primeiro turno, manter a política atual de juros elevados aliada a um corpo-a-corpo com os preços nas câmaras setoriais. Depois, será preciso estreitar a "administração compartilhada" com o presidente eleito e enfrentar o desafio de começar um novo ano sem um ajuste fiscal adequado, com pressões crescentes por uma desvalorização cambial e uma inflação mensal perigosamente em torno de 50% a marca cabalística da hiperinflação no Brasil. Não é à toa que, nos sonhos da equipe econômica, dezembro é igual a março.

☐ O líder do governo na Câmara, deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS) disse que, hoje, um quadro de recessão seria uma dívida dos céus para o Brasil, na medida em que impedisse a chegada do processo de hiperinflação. "Em um contexto recessivo, os trabalhadores não reivindicam salários que a economia não pode suportar, ao contrário de uma situação de taxas inflacionárias altas combinadas com oferta de emprego."